

Reparabilidade do dano ambiental no sistema da responsabilização civil: 25 anos da lei 6938/1981

José Rubens Morato Leite*
Luciana Cardoso Pilati**

Sumário: 1. A responsabilização civil ambiental no Brasil; 2. Funções da responsabilidade civil; 3. Dano ambiental; 3.1. Conceituação de dano ambiental; 3.2. Classificação do dano ambiental; 4. Formas de reparação do dano ambiental; 4.1. Restauração *in situ* ou restauração natural; 4.2. Compensação ecológica; 4.2.1. Substituição por equivalente *in situ*; 4.2.2. Substituição por equivalente em outro local; 4.2.3. Indenização pecuniária; 5. Análise de julgados acerca da responsabilização civil ambiental; 6. Dano extrapatrimonial ou moral ambiental; 6.1. Julgados sobre dano moral extrapatrimonial difuso; Considerações finais; Referências.

Resumo: O presente artigo trata da evolução da responsabilização civil ambiental no ordenamento jurídico brasileiro. Procura sistematizar os aspectos relacionados à reparação do meio ambiente, a partir de uma visão panorâmica. Nesse passo, trata, inicialmente, do histórico da responsabilização civil ambiental no Brasil, com enfoque para a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente e para as funções da responsabilidade civil. Em seguida, analisa o dano ambiental, sua conceituação e classificação. Examina, a seguir, as formas de reparação do dano, destacando a prevalência da restauração *in natura*, assim como alguns julgados concernentes ao tema. Por fim, aborda – em função da sua atualidade – a questão do dano moral extrapatrimonial coletivo, aduzindo julgados que já contemplaram a sua reparabilidade.

Palavras-chave: Responsabilização civil ambiental; Dano ambiental; Compensação ecológica, Indenização pecuniária.

Abstract: The present article deals with the evolution of the ambient civil responsabilização in the Brazilian legal system. Search systemize the aspects related to the repairing of the environment, from a panoramic vision. In this step, it treats, initially, of the description of the ambient civil responsabilização in Brazil, with approach for the Law of the National Politics of the Environment and for the functions of the civil liability. After that, it analyzes the ambient damage, its conceptualization and classification. It examines, to follow, the forms of repairing of the damage, detaching the prevalence of the restoration *in natura*, as well as some concernentes judgements to the subject. Finally, it approaches – in function of its present time – the question of the collective extrapatrimonial pain and suffering, alleging judged that already they had contemplated its repairability.

Keywords: Ambient civil Responsabilization; Ambient damage; Ecological compensation, pecuniary Indemnity.